

RESOLUÇÃO N º 001/2022

Dispõe sobre a convocação para a V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial do Grande ABC – V CREPIR ABC.

PAULO SERRA, Prefeito do Município de Santo André e Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 38 do estatuto,

CONSIDERANDO o Decreto Federal Nº 10.774, de 23 de agosto de 2021 que convoca a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 66.428, de 10 de janeiro de 2022, que convoca a V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (CEPIR-SP);

CONSIDERANDO a Portaria Nº 15, de 04 de novembro de 2021, que torna público o Regimento Interno da V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial do Grande ABC (V CREPIR ABC), com data indicativa para o dia 12 de fevereiro de 2022, das 9h às 13h, por meio de videoconferência, tendo como sede referência o Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Parágrafo único. A V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial do Grande ABC é etapa preparatória para a V Conferência Estadual e para a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 2º São objetivos da V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial:

I – promover o debate, as reflexões e o encaminhamento de medidas de enfrentamento ao racismo, e outras formas de discriminação étnico-racial, étnico-cultural e de intolerância religiosa;

II – promover o respeito, a proteção e a concretização de todos os direitos humanos, liberdades fundamentais e religiosas da população negra e demais segmentos étnico-raciais e étnico-culturais;

III – fortalecer as ações relacionadas ao gozo de direitos e à promoção da igualdade de oportunidades para a população negra e demais segmentos étnico-raciais e étnico-culturais;

IV – fortalecer o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, por meio da descentralização das políticas públicas junto aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, à Sociedade Civil e às Empresas;

V – fortalecer a implementação dos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, relacionados aos direitos da população negra e demais segmentos étnico-raciais e étnico-culturais.

Art. 3º É tema central da V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial “Enfrentamento ao racismo e às outras formas correlatas de discriminação étnico-raciais e de intolerância religiosa: política de Estado e responsabilidade de todos nós”, com os seguintes subtemas:

I – “enfrentamento ao racismo e às outras formas correlatas de discriminação étnico-racial, étnico-cultural”;

II – “enfrentamento a todo tipo de violência praticada por meio das invasões de territórios:

a. ações e políticas públicas para informar, conscientizar e prevenir sobre os crimes de racismo, injúria e discriminação étnico-racial e étnico-cultural;

b. acesso à justiça, às denúncias, à instrução de inquéritos e às punições relacionadas aos crimes de ódio em razão da raça, religião e etnia;

c. impacto do racismo e da discriminação étnico-racial, étnico-cultural e religiosa na vida do cidadão e a importância de políticas afirmativas no seu combate”;

III – “enfrentamento à intolerância religiosa:

a. relação do racismo e da discriminação étnico-racial e étnico-cultural;

b. acesso à justiça, às denúncias, à instrução de inquérito e às punições relacionadas aos crimes de intolerância religiosa e invasões de territórios;

c. liberdade e o respeito às manifestações religiosas em uma sociedade democrática e livre;

d. acompanhamento dos casos de violação de domicílio e invasão de território que estejam diretamente ligados aos povos e Comunidades Tradicionais”;

IV – “desenvolvimento da igualdade étnico-racial e étnico-cultural pela promoção da igualdade de oportunidades:

- a. avaliação e proposição de políticas públicas transversais como instrumento de promoção da igualdade de oportunidades;
- b. avaliação das políticas públicas afirmativas vigentes, como as políticas de cotas – Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 12.990/2014;
- c. avaliação do impacto das pandemias sobre a população negra / povos e comunidades tradicionais e avaliação das estratégias adotadas pela gestão pública para o seu enfrentamento;
- d. avaliação sobre a implementação e recomendações para o aprimoramento do Sistema Nacional de Políticas de promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, incluindo o desenvolvimento de órgãos e conselhos de promoção de igualdade racial;
- e. avaliação e recomendações sobre a implementação da Agenda Social Quilombola – Decreto nº 6261/2007;
- f. avaliação e recomendações sobre as políticas públicas para os povos Ciganos;
- g. avaliação e recomendações sobre as políticas públicas para os povos de Terreiro”.

Art. 4º A V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial deverá propiciar a participação democrática de diversos segmentos da sociedade, em especial da população negra e demais segmentos étnico-raciais, e seu relatório final deverá refletir as opiniões e representatividades.

Art. 5º Os trabalhos e atos necessários à divulgação e preparação da V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial serão realizados por Comissão Organizadora Regional que será constituída por participantes do Grupo de Trabalho Igualdade Racial, formado por representantes das cidades consorciadas: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, assim como da Sociedade Civil.

Art. 6º A Comissão Organizadora Regional será constituída pelas subcomissões:

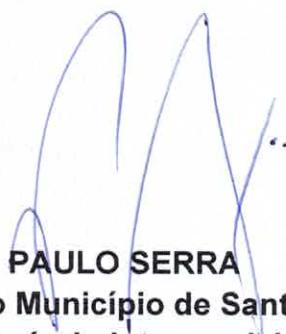
- a. Metodologia, Temas, Subtemas e Relatoria;
- b. Comunicação;
- c. Logística;
- d. Articulação e de Mobilização.

Art. 7º As reuniões da Comissão Organizadora Regional serão realizadas no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, física ou virtualmente, e comunicadas, previamente, por meio de convite eletrônico oficial.

Art. 8º A realização da V Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial será de responsabilidade do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, sendo sua organização articulada pelo Grupo de Trabalho Igualdade Racial e Sociedade Civil, formado por gestores governamentais das sete cidades consorciadas, e por representantes de instituições que atuem para a promoção da igualdade racial, da Sociedade Civil.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Região do Grande ABC, 1º de fevereiro de 2022.



PAULO SERRA
Prefeito do Município de Santo André
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC